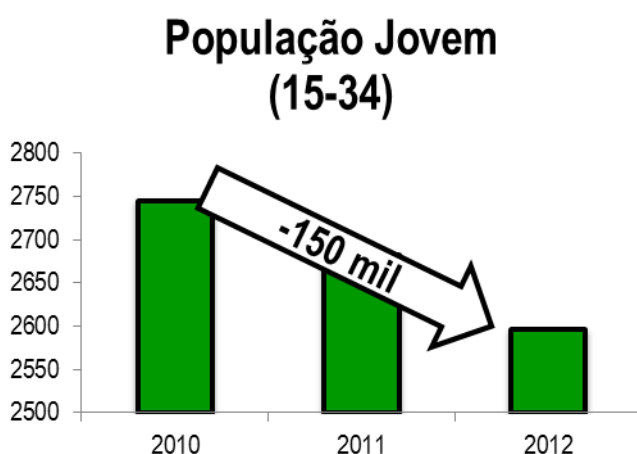


Os jovens portugueses estão confrontados com a mais grave situação social e económica de que há memória. Confrontados com elevado desemprego, generalizada precariedade e os baixos salários, milhares de jovens são empurrados para a emigração.

Apesar das estatísticas referentes à emigração serem ainda escassas, aferimos que, em apenas dois anos cerca de 150 mil jovens (dos 15 aos 34 anos) terão saído do país à procura de melhores condições de vida e de trabalho – uma vez que se observa uma quebra desta ordem de valor na população residente jovem<sup>1</sup>. A diminuição da população jovem é especialmente acentuada no último ano, no qual terão emigrado mais de 85 mil jovens.



A falta de expectativas relativamente às condições de vida e de trabalho depois de terminarem os estudos leva a que dois em cada três estudantes do ensino superior queiram emigrar, agravando o fenómeno de perda da geração jovem mais qualificada de sempre.

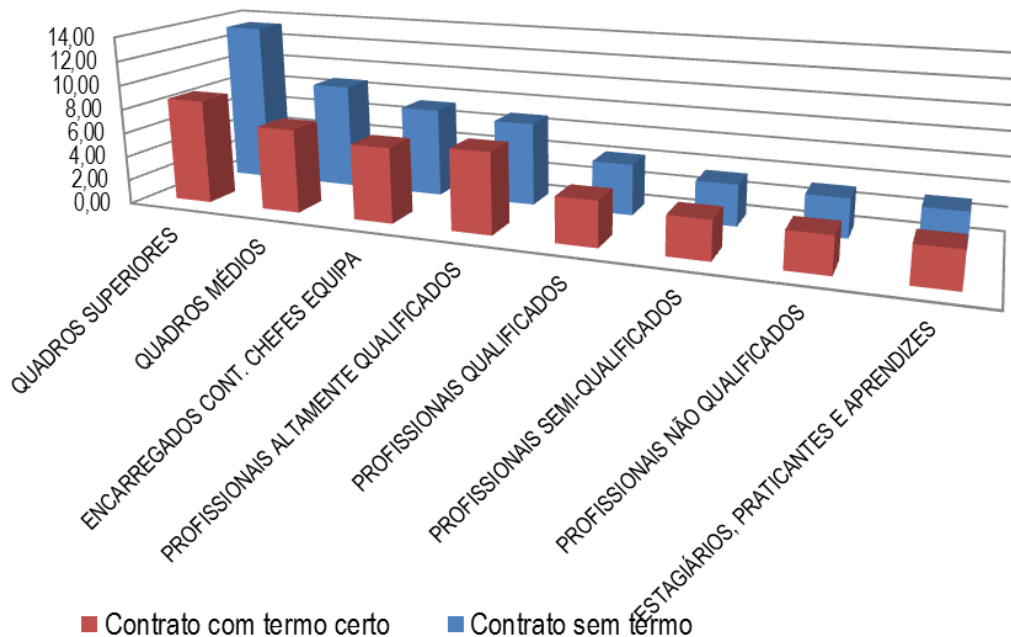
Os jovens trabalhadores não escapam ao modelo de desenvolvimento baseado em baixos salários a que os governos da

alternância nos querem condenar. Independentemente do grau de experiência e de qualificações, os salários das novas ofertas de trabalho estão ao nível do salário mínimo nacional, ou pouco acima, impedindo aos jovens a conquista da sua independência e emancipação e colocando milhares de jovens casais em situações de carência económica. Acrescem ainda os sistemáticos cortes nas remunerações, desta vez por via da subida das taxas de IRS em cerca de 30% - mas também por via do aumento do custo de vida, e do roubo do subsídio aos trabalhadores jovens da administração pública, que o Governo se recusa a devolver.

Aliada aos baixos salários está a permanente incerteza vivida pelos jovens trabalhadores, alvo preferencial da precariedade. Em cada dois trabalhadores entre os 18 e os 24 anos, um tem um vínculo precário, o que implica uma remuneração mais baixa – os trabalhadores com vínculos precários têm, em média, um salário 14% mais baixo do que os trabalhadores com contratos sem termo, sendo que a diferença aumenta para as qualificações mais elevadas - e um caminho facilitado para desemprego.

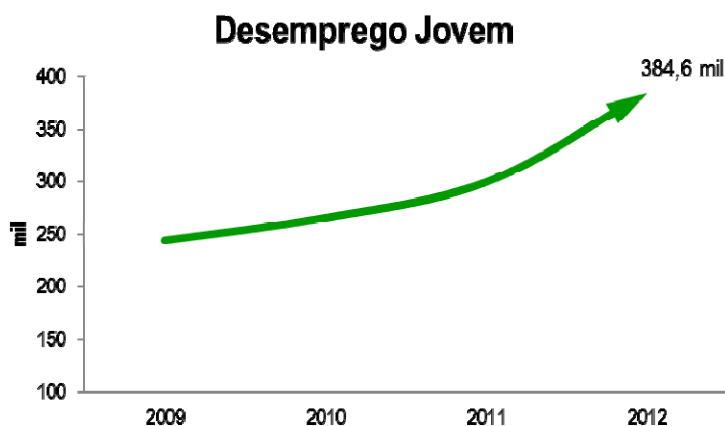
<sup>1</sup> Estatísticas do Emprego 2ºT de 2010 e 2ºT de 2012, INE

### Remuneração horária base média, por nível de qualificação e tipo de contrato (2010)



O desemprego jovem atinge níveis históricos. A taxa de desemprego jovem (entre os 15 e os 24 anos) é de 36%, tendo aumentado 30% e, apenas um ano. Alargando a faixa etária até aos 34 anos, são cerca de 300 mil jovens sem emprego; destes, apenas cerca de 88 mil recebem uma prestação de desemprego – 23% do total dos desempregados jovens.

Sob o pretexto de combater o desemprego jovem, o Governo criou um conjunto de medidas denominadas de “Impulso Jovem”. Os programas aqui incluídos não só em nada minimizam o flagelo do desemprego da juventude como promovem mais precariedade e redução dos salários. Ao ser o Estado a pagar parte dos salários dos jovens contratados ao abrigo do “Impulso Jovem”, concede directamente incentivos para que lhes seja pago somente o salário mínimo nacional, ao mesmo tempo que passam a substituir trabalhadores já colocados. Findo o período de atribuição das bolsas e dos apoios às empresas, este torna-se em verdadeiro “passaporte para o desemprego”. A medida não passa, então de um logro: desvaloriza o trabalho e não responde às principais reivindicações dos jovens, um vínculo estável e trabalho com direitos.



Apesar se ser esta a geração mais qualificada de sempre, as políticas prosseguidas pelo Governo PSD/CDS mostram claramente o interesse em dar passos atrás na história do país no que toca à educação e qualificação.

Os custos com a educação superior crescem continuamente, enquanto diminuem os rendimentos das famílias. Os mais de 3 mil euros pelas licenciaturas e os mais de 5 mil pelos mestrados impedem cada vez mais jovens de frequentarem os níveis superiores de ensino, sendo que os últimos dois anos têm sido marcados por uma quebra do número de estudantes a entrar nas faculdades. Crescem os encargos para as famílias – as que podem sustentar tais custos – e diminui os do Estado, em processo de desresponsabilização perante a Educação.

Elemento fundamental para o progresso social e o desenvolvimento económico, o desinvestimento do Estado na educação pública, colocando em causa o acesso e a qualidade da mesma, o incentivo à precariedade do emprego e a ausência de medidas concretas para o desemprego jovem – que passará sempre pela dinamização da produção nacional - demonstra uma vez mais o caminho que esta política nos conduz: um futuro condenado, sem lugar para os jovens e de atraso social.